



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**Ata de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema
“Aldeamento do Parque Amazonas: infraestrutura - prestação de serviços - indígenas -
(consumidor e desenvolvimento humano)”
(Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Gênero)**

Em 19 de abril de 2022, às 9h45min., no Plenário Léo Franklin, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Audiência Pública promovida pela Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Gênero. Participaram os vereadores: Amauri Alberto pereira de Sousa, Aurélio Gomes da Silva, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Flamarion de Oliveira Amaral, Francisco Rodrigues da Costa, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Ricardo Seidel Guimarães, Roberto da Silva Sousa, Rogério Lima Avelino, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão. Vereadores membros da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Gênero presentes à Sessão: Aurélio Gomes da Silva (presidente), Carlos Hermes Ferreira da Cruz, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Roberto da Silva Sousa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão. O presidente Aurélio Gomes da Silva solicitou que o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho procedesse à leitura do capítulo 91 do livro de Salmos, versículos 1 a 7 da Bíblia Sagrada, e logo a seguir declarou aberta essa Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema “Aldeamento do Parque Amazonas: infraestrutura - prestação de serviços - indígenas - (consumidor e desenvolvimento humano)”. Compuseram a Mesa os convidados: Dr. Sandro Pofahl Biscaro, titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor, caciques Henrique Guajajara e Eduardo Lopes Guajajara, representantes da aldeia urbana de Imperatriz, Adriana Soares de Carvalho, representante do Comitê da Cidadania, Irmã Virgínia Filomena Pitanguy, missionária de Ação Paroquial da Diocese de Imperatriz, Carlos Elpídio Lago Cunha, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINFRA, Aline Guajajara, representante da Uema Sul, Drª Eliane de Jesus Araújo da Silva, coordenadora regional substituta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Subtenente Emanuel Cícero Ângelo, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no Maranhão. Em seguida, o presidente Aurélio Gomes da Silva leu o convite aos órgãos e pessoas interessadas no tema e o fato gerador da Audiência Pública, o Ofício Nº 04/2022, e passou a palavra ao vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, autor da proposição dessa Audiência Pública, para discorrer sobre o tema, que iniciou suas palavras saudando a todos e a todas, agradeceu a Deus por estar com saúde, agradeceu a presença de membros das várias instituições que se fizeram representar e ressaltou a importância da Audiência para Imperatriz e para os indígenas que habitavam a aldeia urbana no Parque Amazonas, e que envolvia a responsabilidade social de todos os órgãos e de todos os agentes públicos, porque se tratava de seres humanos que já habitavam essas terras quando os europeus aqui chegaram, portanto eram os verdadeiros donos do Brasil, o que requeria o cuidado de todos para com os indígenas, justamente em um momento em que o governo federal se colocava em desfavor deles



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

e tinha um olhar negativo sobre sua importância para o país. Acrescentou que em visita à aldeia urbana de Imperatriz, deparou-se com uma situação muito grave. Na aldeia urbana os indígenas viviam em casas de tábuas feitas por eles mesmos, sem condições adequadas de higiene, infraestrutura, segurança e sem nenhuma assistência por parte de qualquer das instâncias da administração pública, de forma que esses índios encontravam-se em situação de total vulnerabilidade, inclusive em relação à segurança e a alimentação. Acrescentou que o objetivo da Audiência não era encontrar culpados, mas buscar, através do diálogo e de parcerias, solução para esses graves problemas, incluindo-se problemas de ordem jurídica relacionados à área em que os indígenas residiam, uma vez que os lotes não possuíam títulos definitivos que assegurem a propriedade, já que os índios detêm a posse do terreno há mais de vinte anos. O imóvel foi objeto de negociação entre a Universidade Federal do Maranhão - UFMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para que a UFMA fosse instalada onde se localizava o Campus em área pertencente à FUNAI. Encerrou suas palavras agradecendo a todos e a todas e afirmou esperar que a Audiência Pública fosse produtiva e propositiva, no sentido de se buscar soluções concretas para o problema. Imediatamente, a palavra foi passada ao cacique Eduardo Lopes Guajajara que relatou sobre as condições de dificuldade em que vivia a comunidade, que foi obrigada a se mudar para a área urbana em busca de melhor educação e saúde para seus filhos. Acrescentou que desejava uma escola indígena guajajara e um posto de saúde dentro da aldeia urbana do Parque Amazonas, assim como uma melhoria nas condições de habitação. Solicitou ajuda das autoridades para melhorar as condições de vida dos indígenas. Instantes após, a palavra disponibilizada ao cacique Ari que discorreu sobre o sofrimento em que vivia a comunidade indígena da aldeia urbana do Parque Amazonas e solicitou melhorias para que os indígenas vivessem melhor. Veio à Câmara em busca de ajuda para encontrar a solução para melhorar as condições de vida na aldeia, incluindo educação, saúde, segurança e infraestrutura, uma vez que viviam humilhados. Afirmou que os índios não eram invasores, mas ocupavam uma terra que era deles. Com a palavra, o presidente Aurélio Gomes da Silva registrou a presença da professora Margarida Chaves dos Santos e a convidou para ocupar a extensão da Mesa, e a presença on-line da professora e doutoranda em Letras pela Universidade de Campinas - UNICAMP, Tereza Maracaipe Barbosa que realizou um trabalho de pesquisa sobre a aldeia urbana de Imperatriz. Na sequência, a palavra foi passada à professora Tereza Maracaipe Barbosa, que acompanhava a Sessão de forma on-line, que agradeceu os índios guajajara pela colaboração em sua pesquisa de doutoramento e aos vereadores, especialmente Carlos Hermes, pela preocupação com os indígenas que migraram de suas aldeias de origem em terras indígenas em busca de melhores condições de vida na aldeia da cidade, recomendou um esforço para a inclusão dos indígenas à sociedade de Imperatriz e que a Audiência fizesse os necessários encaminhamentos para a solução do problema. Acrescentou que o indígena ao migrar de suas terras de origem para o contexto urbano não deixava de ser indígena, portanto era necessário se pensar políticas públicas que atendessem a esses sujeitos, mesmo fora de suas aldeias, pois eles continuavam com suas identidades sendo necessário que o poder local,



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

que a cidade de Imperatriz começasse a pensar políticas de inclusão. Os indígenas em contexto urbano tinham poder de fala e de demonstrar a situação precária existente na aldeia. Instantes depois, foi convidada a fazer uso da palavra a Sr^a Adriana Soares de Carvalho, representando o Comitê da Cidadania, que saudou a todos e a todas em nome das mulheres indígenas, em especial os vereadores presentes através de Carlos Hermes Ferreira da Cruz pela preocupação com os indígenas e com o meio ambiente. Ressaltou a necessidade de fortalecimento da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. O indígena não deixava de ser indígena em função do ambiente em que vivia. A aldeia urbana era sempre uma aldeia indígena. Os poderes públicos deveriam garantir os direitos fundamentais dos índios. Os indígenas deveriam ser reconhecidos na condição de munícipes como todos os demais cidadãos, portanto, portadores de todos os direitos fundamentais e mais os direitos inerentes à condição de indígena. O Município de Imperatriz tinha o privilégio de conhecer de perto e de valorizar a cultura indígena que representava um ganho para a cidade. Ressaltou que o dia 19 de abril se tornou o dia do índio, porque em 19 de abril de 1940 foi a data em que os delegados indígenas se reuniram pela primeira vez em assembleia no Congresso Interamericano realizado em Patzcuaro, México, que aprovou, dentre outras propostas, o estabelecimento do Dia do índio pelos governos dos países americanos. Finalmente, afirmou desejar que esse Dia do Índio de 2022 fosse o dia em que se iniciavam as mudanças necessárias a superação dos problemas da aldeia urbana de Imperatriz. Em seguida a palavra disponibilizada à irmã Virgínia Filomena Pitanguy que afirmou ter tido contato com a aldeia indígena urbana do Parque Amazonas em função de um projeto de horticultura que se deseja implantar ali, mas se deparou com uma grande dificuldade: a falta de água. Discorreu sobre a necessidade de valorização da dignidade humana, um direito de todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, como era o caso de indígenas que viviam em situação urbana, portanto, distantes de sua terra de origem. Fazia-se necessária assistência de toda ordem pelo poder público e pela sociedade como um todo. Essa era uma preocupação da Igreja católica, através do bispo diocesano Dom Vilson Basso que compreendia que deveria haver uma escola destinada ao indígena, que fosse capaz de garantir aos índios as possibilidades de manterem as suas tradições e a sua língua, bem como um cuidado melhor em relação à saúde e a melhoria de todas as condições de vida. Se índios estavam vivendo na cidade, necessitavam ter garantidos seus direitos como cidadãos, inclusive moradia mais digna, acesso a água, energia, infraestrutura e saneamento básico. Agradeceu ao subtenente Emanuel Cícero Ângelo, coordenador regional da Funai no Maranhão, pela ajuda na realização de um cadastro que propiciou o acesso dos indígenas ao banco de alimentos, o que representava um avanço importante para a qualidade de vida dos indígenas no aldeamento urbano. O presidente Aurélio Gomes da Silva agradeceu a presença do Sr. Carlos Elpidio Lago Cunha, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINFRA. De imediato, a palavra foi disponibilizada à professora Aline Guajajara, que representava a Uema Sul na Audiência e também os índios guajajara, seus parentes. Salientou que o indígena deveria ser respeitado, como todo ser humano, independentemente do local em que se encontrasse, se em aldeia rural



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

ou urbana. Era necessário se ofertar uma educação bilingue. Não era porque o indígena estava fora da terra indígena, que não merecia ser reconhecido, respeitado e valorizado como indígena. Afirmou que havia cidades em que se encontravam não só aldeias, mas mesmo bairro inteiros composto por indígenas que tinham o direito de ter residência digna e todos os demais benefícios sociais a que todos os cidadãos tinham direito e colocou-se à disposição para contribuir para a solução dos problemas dos indígenas da aldeia urbana de Imperatriz. Logo após, apalavra foi disponibilizada ao Subtenente Emanuel Cícero Ângelo, coordenador regional da Funai no Maranhão, afirmou que se sentia honrado em participar da Audiência e pela oportunidade de discutir e buscar a solução dos problemas em pauta. Parabenizou os indígenas presentes à Audiência e de do Brasil, pelo seu dia e reconheceu que o Dia do Índio era todos os dias e que ficava orgulhoso por estar presente representando a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Discorreu sobre a estrutura administra da FUNAI para contextualizar os presentes sobre a realidade do órgão que tinha sob sua responsabilidade, dezessete terras indígenas, mais ou menos 600 aldeias e mais ou menos quarenta e um mil indígenas de onze etnias diferentes, cujo prédio estava sendo interditado por falta de condições de funcionamento e que tinha dificuldades em cumprir sua obrigação por causa do pequeno número de servidores do órgão. Afirmou que ficou espantado com a situação em que viviam os índios na aldeia do Parque Amazonas, a primeira quer visitou após sua posse, e que estava tentando ajudar, inclusive com transporte. A FUNAI não constrói aldeia, porque isso era prerrogativa do indígena e não podia construir casas. Reconheceu que era difícil a situação dos indígenas na aldeia do Parque Amazonas, que todos tinham ciência disso e ninguém fazia nada. Era necessário reconhecer os direitos dos índios e respeitá-los enquanto seres humanos em situação de vulnerabilidade, uma vez que, enquanto indígenas eles eram cidadãos. Eles moravam na cidade e tinha direitos iguais aos brancos e tinham até mais, porque havia os direitos indígenas legalmente estabelecidos. Seria importante, pelo menos se ter um encaminhamento para a solução dos temas propostos para esse debate. A FUNAI vinha apoiando os indígenas durante a pandemia de Covid-19 com cestas básicas e fazendo tudo o que era possível para ajudar os indígenas. Solicitou que os órgãos públicos contribuíssem mais com esses índios que residiam em Imperatriz. O tratamento dispensado ao indígena deve ser, no mínimo, aquele direcionado aos demais cidadãos, pois eles eram sujeitos de direitos tanto quanto todas as pessoas. Os índios que residem em Imperatriz, encontravam-se desassistidos, especialmente as crianças. Solicitou o empenho da Câmara Municipal para ajudar a esses indígenas que deviam estar sofrendo muito por causa dos problemas sociais, desde o ano 2000. As condições de moradia eram péssimas em termos higiene e conforto. Os indígenas vivem de pequenas roças e artesanato. Era necessário se garantir a segurança da aldeia. Encerrou agradecendo a atenção de todos. Em aparte, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz levantou três questões: muro, poço e madeira. Seria possível uma parceria da FUNAI com a Prefeitura Municipal de Imperatriz e o IBAMA para tentar resolver os problemas de segurança, das moradias e da horta. Em resposta ao edil, o Subtenente Emanuel Cícero Ângelo afirmou que era importante se construir um muro para garantir segurança à comunidade



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

indígena, em relação ao problema da água, ao invés de poço, deveria ligar a aldeia urbana à rede de água da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA e que iria tentar conseguir a madeira junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Afirmou que não era muito difícil resolver esses problemas, bastava querer. Informou que estava pronto para buscar a melhor maneira possível para resolver esses problemas. Instantes depois, foi convidada a se manifestar, a Dr^a Eliane de Jesus Araújo da Silva, que cumprimentou a todos e afirmou que era funcionária da FUNAI há trinta e cinco anos. A realidade do indígena era triste, como triste era a situação da FUNAI de Imperatriz. Discorreu sobre a história da instituição em Imperatriz, que por muito tempo, funcionou a administração e ao mesmo tempo em que hospedava os indígenas, especialmente para tratamento de saúde, uma situação muito difícil. Falo sobre o contrato de comodato entre FUNAI e UFMA. O local onde existia a aldeia urbana era uma chácara bem estruturada e que de início, foi utilizada como a Casa do Indígena. A Funai sempre tentou fazer com que a UFMA resolvesse o problema de documentação do terreno em questão. Afirmou que esse era um momento histórico pela preocupação de órgãos públicos em relação à situação dos indígenas, inclusive em relação à situação jurídica do terreno que os indígenas usavam como aldeia urbana no Parque Amazonas, onde eles viviam em situação precaríssima em todos os aspectos. Desejou que essa Audiência fosse o início da solução do problema. Em seguida, fez uso da palavra o Dr. Sandro Pofahl Bísvaro, que cumprimentou a todos na pessoa do presidente Aurélio Gomes da Silva e especialmente os indígenas presentes à Audiência, e afirmou que os problemas vividos pelos indígenas da aldeia urbana eram os mesmos de toda a sociedade de Imperatriz. Era necessário garantir os direitos fundamentais dos indígenas. Afirmou que era importante se tratar da questão de forma prática, uma vez que resolver os problemas imediatos através de parceria entre os órgãos pertinentes, e que era necessário se votar bem, não se negociar o voto, uma vez que muitas comunidades ficavam desassistidas em função disso. Acrescentou que o Ministério Público se colocava como instância jurídica e política em busca da solução dos problemas que afligiam os moradores da aldeia urbana em Imperatriz. Ocupando interinamente a presidência, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, solicitou que o Ministério Público se colocasse como intermediário entre os diversos órgãos para debater os encaminhamentos em outras oportunidades, visando buscar soluções práticas para o problema. Em resposta ao presidente Carlos Hermes Ferreira da Cruz, o Dr. Sandro Pofahl Bísvaro concordou com a sugestão e afirmou que se poderia marcar uma reunião no próprio Ministério Público para se buscar formas concretas para resolver os problemas imediatos que afligiam os indígenas. Instantes depois, a palavra foi disponibilizada à Sr^a Adriana Soares de Carvalho, representando o Comitê da Cidadania, que propôs a possibilidade de se criar um grupo de trabalho na Câmara Municipal para tratar dos problemas dos indígenas, como o respeito aos seus direitos fundamentais dos índios em contexto urbano e recomendou que se procurasse o prefeito para incluir esses índios nas políticas públicas municipais. Afirmou que o Comitê da cidadania poderia destinar a madeira que recebia para ajudar a resolver o problema de melhoria das habitações dos indígenas. Colou



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

o Comitê da Cidadania como parceiro dos órgãos que desejavam solucionar a situação e reconheceu que se deu um passo importante na valorização do indígena de Imperatriz e do Brasil. Nesse ínterim, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral solicitou informações sobre madeira apreendida pelo IBAMA e destinada à Prefeitura. Instantes depois, a palavra foi passada ao Sr. Carlos Elpídio Lago Cunha, representando a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINFRA, que afirmou que era importante participar dessa impactante Audiência Pública e informou que já havia prestado serviços à FUNAI em terras indígenas e reconheceu que era muito sofrida a situação do indígena, fosse no contexto rural fosse no contexto urbano, em especial na aldeia urbana de Imperatriz. Informou que a região do Parque Amazonas fora beneficiada com obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, de forma que a região dispunha de rede de água e de esgoto. No entanto, a CAEMA só fazia a ligação à rede de abastecimento, em lotes regulares. Era possível verificar junto à Secretaria Municipal de Abastecimento se era possível se construir um poço no aldeamento, mesmo que o terreno estivesse em situação irregular sob o ponto de vista jurídico. Por outro lado, se poderia destinar kits sanitários à comunidade, mas isso dependeria da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Em relação ao muro para garantir a segurança dos indígenas, assegurou que era possível se conseguir a construção através de um entendimento com o titular da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINFRA, Sr. Fábio Hernandez de Oliveira Sousa, através de uma parceria com a FUNAI. Nesse caso, a última cederia o material e a SINFRA com a execução da obra. Acrescentou que foram construídas vinte e quatro unidades habitacionais através do PAC I destinadas a indígenas e que verificaria junto à Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES de Imperatriz se ainda estavam disponíveis. Informou ainda que era possível uma parceria entre a Prefeitura, através da SINFRA e os outros órgãos para solucionar vários dos problemas que afligiam os indígenas. Na sequência, voltou a fazer uso da palavra, o cacique Henrique Guajajara que afirmou que índio era sincero. Que não mentia. Falou sobre as informações dadas pela Dr^a Eliane de Jesus Araújo da Silva em relação à área e à documentação e que os indígenas não desejavam sair da área. O que queriam era a reforma da chácara. Era necessário valorizar o povo indígena e buscar a solução do problema através da FUNAI e da Câmara Municipal de Imperatriz. Logo após, o presidente Aurélio Gomes da Silva passou a palavra ao autor do fato gerador da Audiência Pública, vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz para suas considerações finais. Ele agradeceu a presença de todos, afirmou que a Audiência foi positiva, e ressaltou que os encaminhamentos eram importantes para a solução do problema, inclusive em relação à parceria. Era necessário que a posse do terreno se tornasse juridicamente, uma propriedade dos indígenas. O maior desafio das Audiências, era tornar os discursos em realidade em realidade concreta. Nada mais havendo a tratar, o presidente Aurélio Gomes da Silva agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após ser revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e




ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ


Redação. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 19 de abril de 2022.


Aurélio Gomes da Silva
Presidente

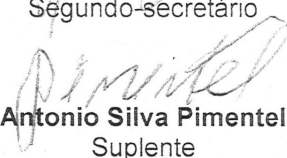

Roberto de Sousa Silva
Membro


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Segundo vice-presidente


Wheilberson Lima Brandão
Primeiro-secretário


Manoel Conceição de Almeida
Segundo-secretário

João Francisco Silva
Suplente


Antonio Silva Pimentel
Suplente